

HABEAS CORPUS Nº 529.581 - SP (2019/0254425-3)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : RENAN CAVENAGHI FIOD E OUTRO
ADVOGADOS : RENAN CAVENAGHI FIOD - SP311662
BRUNO HENRIQUE IDENAGA MIOTTO - SP332124
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RODRIGO APARECIDO DATORRE
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RODRIGO APARECIDO DATORRE contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do *Writ* n. 2110056-08.2019.8.26.0000.

Depreende-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 17/04/2019 pela prática, em tese, de crime contra as relações de consumo e de corrupção de menores.

Em audiência de custódia, foi concedida a liberdade provisória mediante o pagamento de fiança arbitrada em R\$ 20.000,00, cumulada com outras medidas cautelares, sendo expedido alvará de soltura em razão da deferimento do prazo de 5 dias para o depósito do valor.

Aduz o impetrante que foi oferecido em garantia à fiança bem imóvel de propriedade do paciente, o que foi recusado pela origem. Sustenta estar em dificuldades financeiras, não podendo arcar com o valor fixado.

Requer a concessão sumária da ordem constitucional para que seja deferida a garantia da fiança mediante hipoteca judicial.

A liminar foi indeferida às fls. 199-201.

Informações prestadas às fls. 205-211 a 214-236.

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 238-246, pelo conhecimento do mandamus e pela denegação da ordem.

É o relatório.

Não merece prosperar a insurgência.

É que, no caso, consoante consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, colheu-se a informação de que RODRIGO APARECIDO DATORRE efetuou pagamento da fiança, sendo expedido alvará de soltura, circunstância que evidencia a perda do objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julga-se prejudicado** o *habeas corpus*.

Publique-se.

Após ciência do Ministério Público Federal e o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator